



A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS PARA COTISTAS NEGROS/AS COMO ESTRATÉGIA CONTRA ADOCIMENTO MENTAL E SUICÍDIO¹

THE IMPORTANCE OF AFFIRMATIVE ACTION FOR BLACK STUDENTS AS A STRATEGY AGAINST MENTAL ILLNESS AND SUICIDE

Breitner tavares²

Resumo: Este artigo discute, a partir de um viés interseccional, a problemática inscrita na contradição do projeto modernista de universidade brasileira que se depara com suas raízes coloniais. Eles reproduzem um quadro colonial/moderno em que os estudantes negros, ainda que aparentemente incluídos pelo sistema de seleção via ações afirmativas, não se reconhecem efetivamente como sujeitos dentro da universidade. Em decorrência disso, manifestam uma incidência de adoecimento físico e mental, engrossam o quadro de evasão escolar e, diante de um quadro multifatorial, eventualmente chegam a cometer suicídio. O texto segue uma narrativa baseada em informações do PNAES, INEP da ANDIFES, bem como entrevistas com servidores e com estudantes sobre suas expectativas frente à permanência estudantil.

Palavras-chave: Estudantes negros. Saúde mental. Suicídio. Permanência estudantil.

Abstract: This article discusses, from an intersectional perspective, the problem inscribed in the contradiction between the modernist project of a Brazilian university that faces its colonial roots and therefore reproduces a colonial / modern framework in which black students, although apparently included in the selection system, via affirmative actions, they still do not recognize themselves effectively with subjects within the university and, for this reason, they manifest an incidence of physical and mental illness, they increase the number of school dropouts and, in the face of a multifactorial situation, they eventually commit suicide. The text follows a narrative based on information from PNAES, INEP, ANDIFES, as well as interviews with employees and students about their expectations regarding student permanence.

Keywords: Black Students. Mental health. Suicide. Student assistance.

¹ Artigo recebido em 15 de agosto de 2020 e aceito em 05 de setembro de 2020.

² Professor associado da Universidade de Brasília, Faculdade Ceilândia, Saúde Coletiva e membro do Programa de Pós graduação em Desenvolvimento e Cooperação Internacional- PPGDSCI. Email: breitner@unb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7478-3955>.

*Quando eu não tinha nada o que comer,
em vez de xingar eu escrevia.
Tem pessoas que, quando estão nervosas,
xingam ou pensam na morte como solução.
Eu escrevia o meu diário.*

Carolina Maria de Jesus

A Universidade de Brasília foi edificada a partir de toda uma concepção modernista de uma classe intelectual engajada aos modos da *intelligentsia* que se coloca pretensiosamente como porta voz dos interesses nacionais de um país que supostamente buscava sua própria identidade. Em meio a esse grupo, já havia se inserido uma crítica ao modelo civilizatório europeu que se impunha por um modelo tecnologicamente avançado de subalternização e dominação que destruíam sistematicamente as matrizes culturais de povos do sul em prol de um modelo de desenvolvimento atrelado à dependência. Assim, uma geração de intelectuais representadas na figura de Darcy Ribeiro elaboram uma crítica contra o que denominam como “atualização histórica” ou “aceleração evolutiva” (RIBEIRO, 1975).

A criação de uma universidade em uma cidade planejada para ser a capital do Brasil deveria propor um novo modelo que enfrentasse, naquele momento, problemas como o avanço do ensino superior privado precarizado e desqualificado e o elitismo acadêmico materializado, dentre outras formas, no sistema de cátedra hierarquizado que centraliza o poder de enunciação discursiva a uma única pessoa. A “universidade necessária” deveria ser uma ambiente saudável envolto de participação democrática e ativa de estudantes, professores e profissionais técnicos. Os recursos públicos deveriam ser aplicados de modo correto, segundo os princípios da boa economicidade. Ademais, as atividades de extensão careciam colaborar para dinamizar efetivamente a universidade dentro e fora do seu espaço físico ao ser levada às ruas para a real vivência de atividades extracurriculares livres e através da ponte da extensão universitária que criaria a possibilidade de integração dos saberes por uma via interdisciplinar. Em tese, Brasília, assim como sua Universidade, deveriam ser uma referência de desenvolvimento para o país e para o mundo (MIGLIEVICH-RIBEIRO; RABELO, 2006).

Contudo, assim como Brasília, sua universidade também vivia a reprodução das relações estruturais do país em diferentes expressões de desigualdade. As hierarquias entre candangos operários, pioneiros engenheiros

e arquitetos da época da construção da capital adquiriram novas nuances no bojo de um espaço universitário, que rapidamente se tornou um lugar de inserção e promoção de uma classe média branca que compunha o corpo burocrático da cidade administrativa. Estudantes negros eram uma exceção, fato que naturalmente mostrava a incompletude de realização dessa utopia modernista em meio ao quadro estrutural de desigualdade racial.

Passados mais de 50 anos da criação da UnB, ainda no início deste século, acompanhamos diversos movimentos sociais de mulheres e homens negros buscando inserção/representação, provocando a discussão junto à comunidade e aos gestores governamentais das políticas públicas ao reivindicarem a criação de políticas de ações afirmativas para estudantes negros/as (SANTOS, 2008).

Diante disso, o Brasil e a política das ações afirmativas criaram um cenário novo em relação ao panorama do ensino superior brasileiro. A partir de 2003, algumas universidades estabeleceram um sistema de cotas. A UnB foi pioneira na adoção dessa política em um contexto em que havia aproximadamente apenas 2% de seus estudantes negros (CARVALHO; SEGATTO, 2002). Passados 17 anos da criação de um programa de cotas no país, o número obtido a partir do CENSO do INEP alcança em 2019 cerca 51,2% de estudantes negros, número que ainda está abaixo da média geral que alcança cerca de 60% da população do país (INEP, 2019). Apesar de essa informação em um primeiro momento indicar um avanço do acesso da população negra jovem nas universidades brasileiras, esse mesmo dado eventualmente é utilizado de modo ambíguo ao supor que o número por si só já representa a emancipação já consolidada da população negra e, portando, o suposto fim das desigualdades educacionais no país como mais uma das faces renovadas do discurso de democracia racial (BERNARDINO, 2002).

Para compreendermos um pouco mais esse problema, observamos que, paralelamente ao aumento de estudantes negros ingressos no ensino superior público e gratuito no Brasil, o índice de abandono no ensino superior é em torno de 49% (INEP, 2019). Diante disso, mesmo a evasão não sendo um fenômeno novo, o fato de termos uma universidade com um perfil social mais diversificado, com uma maior presença de estudantes negros/as e de classe popular reacendente, há o desafio da permanência estudantil a ser enfrentado pela universidade brasileira.

Em 2010, foi lançado o Decreto nº 7.234 (BRASIL, 2010), que tratava do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), voltado a estudantes de graduação. Além disso, segundo a ANDIFES, atualmente, nas

universidades, aproximadamente 30% dos estudantes participam de algum programa de permanência estudantil, que se destina a transporte, alimentação e/ou moradia. Contudo, apesar da relevância dessas iniciativas, as demandas por saúde sobressaem, uma vez que cerca de 39,5% dos estudantes já manifestam dificuldades emocionais desde o ingresso na universidade. Portanto, de um modo geral, a política de assistência estudantil não abrange programas voltados à saúde física ou mental do alunado (ANDIFES, 2018).

Percebemos que as políticas de ações afirmativas criaram um novo perfil de universidade. Se anteriormente tínhamos estudantes mais concentradamente de classe média e branca de valores elitistas, essa realidade mudou para um cenário com maior diversidade de estudantes em termos de raça, gênero e classe social. No entanto, esses estudantes, sobretudo indígenas e quilombolas, outrora marginalizados e agora supostamente incluídos dentro da universidade, se deparam com currículos que tratam de modo superficial suas culturas e banalizam seu conhecimento tradicional. Essa situação cria um desafio para universidade assumir sua responsabilidade, a princípio no que se refere a uma injustiça social, mas agora também no que se refere a enfrentar uma injustiça cognitiva, estruturada por um currículo eurocêntrico que invisibiliza as várias contribuições para a formação de um pensamento social.

Em tempos de um novo acesso de grupos marginalizados, a Universidade reproduziu formas de dominação tradicionais, agora inscritas no que se considera modernidade dentro de uma sociedade liberal. Esse controle da ordem discursiva permeia vários níveis da existência social, indo desde o nível macroeconômico até escalas de subjetividade e visões de mundo em termos de raça, gênero e sexualidade. Assim, temos a colonialidade do poder a se reestruturar em novas formas de segregação dentro da universidade, o que revela, dentre outras coisas, uma decadência disciplinar da vida acadêmica (GORDON, 2016). Isso tudo gera dificuldades de permanência dos estudantes dentro dos cursos ofertados, reproduzindo formas hierárquicas de saber em que resta pouco espaço para a participação do estudante, que normalmente tem que se submeter violentamente à dinâmica hegemônica. As histórias e lutas sociais são subalternizadas em nome da disciplina em torno de um conhecimento científico supostamente universal, destituído de uma origem e de um lugar, mas que mantém intacta a desigualdade nesse sistema capitalista colonial/moderno.

Portanto, por mais que os discursos de ideais democráticos fossem veiculados nas universidades brasileiras, de fato, as mesmas reproduziam em boa parte o modelo europeu. Seja nos currículos brancos, seja nas

formas burocráticas semelhantes ao hemisfério norte, trabalhava-se pela reprodução dos quadros de poder da sociedade política em que mulheres, negros e indígenas continuavam em uma perspectiva subalternizada. Dessa forma, a face epistemicida do racismo mais recorrente em relação ao negro tenta reforçar o discurso de uma suposta incapacidade intelectual, desmentida em pesquisas sobre o resultado dos estudantes cotistas na Universidade de Brasília que, em geral, apresenta desempenho superior aos estudantes do sistema de ingresso universal (WELLER, SILVEIRA, 2008; TAVOLARO, 2013).

Contudo, apesar do esforço de estudantes negros/as, há o privilégio epistêmico, ou seja, a prevalência de saberes que produz uma narrativa que reforça os projetos coloniais/modernos mundo afora, mesmo após a suposta derrocada da pseudociência raciológica no século passado. Além disso, outro problema enfrentado é a quase ausência de professores negros como reflexo de um *modus operandi* racista que isola o intelectual negro, especialmente se esse possuir algum engajamento político no que se refere ao combate das desigualdades raciais (GROSGOUEL, 2016).

O imparcialismo é empregado para justificar a meritocracia que mantém a invisibilidade e o não acesso do negro nos quadros profissionais de alta qualificação dentro das universidades brasileiras. Para aqueles negros que se submetem passivamente ao desejo de mobilidade social pela via acadêmica, acabam por reproduzir um modelo hegemônico centrado no ego do branco, o que anula a existência do corpo negro (SILVA, 2019; SILVA, 2014).

Assim, ao retomarmos a discussão sobre a presença de estudantes negros/as, muitos deles LGBTQIA+ e/ou de origem periférica, em uma universidade que efetivamente reproduz as estruturas de um sistema colonial/moderno, temos o processo de embranquecimento que está objetivamente vinculado às suas práticas.

Para o alunado, todos esses processos desencadeiam em condições como a solidão, por se tratarem de corpos estranhos dentro da universidade. As aulas, as leituras, os fichamentos, os seminários e as rotinas de estudo podem criar dificuldades de adaptação ao espaço e às relações. Disso decorre a rejeição de outros estudantes à entrada nos grupos de estudos para realização de trabalhos. A impessoalidade no trato e a necessidade de um conhecimento advindo de uma cultura mundana adquirida em viagens de férias ou reuniões sociais de família serão efetivos para a construção de afinidades ou separação entre os sujeitos.

Para muitos estudantes negros, a tensão por uma assimilação de uma subjetividade que vai orientar toda uma prática no meio universitário é demasiadamente incompreensível, o que pode causar uma certa ansiedade e sensação de vazio (NAVASCONI, 2018).

Contudo, para além da desumanização dos nossos corpos negros, existe a possibilidade de resistir, de promover uma atitude no sentido subjetivo contra o racismo. O sofrimento pela experiência do deslocamento desse corpo negro, agora superincluído (CRENSHAW, 2002) na universidade, traz como consequência a inobservância da condição de sofrimento submetido. Pode-se destacar o sofrimento mental – que pode se manifestar a partir de uma condição emocional de stress, tristeza ou depressão – e ainda situações suicidógenas, como tem sido noticiado em algumas universidades brasileiras. De modo geral, a superinclusão do suicídio – ao ser tratado simplesmente como de todas as pessoas independente da racialização – o torna invisível para os estudantes negros, que sofrem discriminações constantemente minimizadas.

Quando se trata de estudantes universitários que cometeram suicídio, alguns poderão ponderar a suposta fraqueza ou a falta de coragem ao utilizarem expressões tais como “ela era tão alegre”, “ele era tão bom aluno”, “como isso pode ter acontecido?”. Assim, serão várias as acepções explicativas sobre a interrupção ao ciclo natural de uma vida. De toda sorte, a perda de um ente querido por suicídio é avassaladora. Seu impacto é tamanho que, em alguns casos, sequer é reportado pelas famílias ou pelas instituições e acabam aparecendo como mortes por acidentes ou causas naturais.

Vivemos um imaginário que trata a saúde por um viés do adoecimento e da cura. Assim, a vida passa a ser encarada como um fim em si mesma, o que torna a discussão de uma “morte voluntária” associada à uma comportamento desviante da loucura individual que tende a ser intolerada e omitida. O suicídio propriamente dito se relaciona a uma dimensão multifatorial que precisa de uma abordagem qualificada, seja em termos psicológicos ou educacionais. Como decorrente de vários determinantes sociais, o suicídio também é classificado como um problema de saúde pública.

Aproximadamente 800 mil pessoas morrem todos os anos no mundo por suicídio, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). De fato, apesar de o suicídio ocorrer em todas as fases da vida, é durante a juventude (sobretudo entre 15 a 29 anos) que ele é mais frequente, constituindo a segunda maior causa de mortalidade nesse período. No Brasil, de 2012 a 2016, ocorreram em média 11 mil suicídios

na população geral e 3.043 suicídios entre adolescentes e jovens, colocando-o como a quarta causa de morte nesses grupos etários (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

A disponibilidade de serviços de acolhimento e atendimento intersetoriais são essenciais para promoção da saúde e do bem estar. Nesse contexto, equipes multiprofissionais têm mais condições de oferecer suporte de modo mais eficiente ao problema do suicídio.

Quando tratamos da mortalidade de jovens negros, a violência na forma de homicídio ainda aparece em primeiro lugar, seguida de acidentes de trânsito e de neoplasias malignas. O suicídio é a quarta causa de morte entre os jovens negros no Brasil. Outra característica é que a prevalência em homens é maior que em mulheres (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Diante desse quadro, consideramos o problema do suicídio pelo viés interseccional, ou seja a partir de uma articulação de diversas identidades sociais, neste caso, a partir da perspectiva de raça, gênero e classes sociais configurados num sistema de dominação e opressão. Portanto, poderemos, de modo mais diverso, compreender a influência da heteronormatividade, da branquitude, do racismo e do sexismo como formas de discriminação.

Em relação a políticas de saúde pública, cabe ressaltar que o Brasil é conhecido por ter elaborado um sofisticado Sistema Único de Saúde – SUS, que parte de um princípio de acesso aos serviços de saúde no Brasil. Contudo, o universalismo do SUS dificultava as especificidades da população negra, que continuava desassistida quanto às suas demandas por acesso à saúde pública. Dessa forma, na necessidade de uma pauta mais diversa, os movimentos sociais negros se mobilizaram em meio ao parlamento pela criação de uma Política Nacional da Saúde Integral da População Negra, que estabelecesse em nível nacional o racismo como um determinante social em saúde. Paralelamente a isso, no âmbito da OMS – mais especificamente na Comissão de Determinantes Sociais em Saúde –, somente a partir de 2005 o racismo é constituído nominalmente como uma de suas variáveis. Anteriormente, havia apenas uma abordagem indireta para os fatores de iniquidade afetados pelas relações étnico-raciais intrínsecos a aspectos estruturais do sistema econômico capitalista (WERNECK, 2016).

Por sua vez, apesar de algumas conquistas institucionais, o embranquecimento inserido no serviço de saúde continua a invisibilizar a população negra, a começar pelo não preenchimento dos prontuários médicos com os quesitos raça/cor dos pacientes. Embora seja um requerimento obrigatório a partir da Portaria do Ministério da Saúde nº 344 de 1º

de fevereiro de 2017, muitos prontuários ainda não são preenchidos. Essa recusa dos profissionais em saúde no preenchimento dos quesitos raça/cor configura um traço do racismo institucional que, nesse caso, tem como consequência a ausência de um corpo negro no sistema de saúde.

Outra consequência desse fato é que geramos dados menos confiáveis, o que tornará mais difícil a implementação de uma política de saúde ou assistência social nos sistemas nacionais de informação em saúde para aferição da equidade étnico-racial. Há o preenchimento insatisfatório dos quesitos raça/cor nos Sistemas Nacionais de Informação em Saúde para aferição da equidade étnico-racial, tais como no Sistema de Informação sobre Mortalidade-SIM e no Sistema de Informação de Agravos de Notificação-SINAN, que são utilizados pelo SUS para se discutir o suicídio. De fato, estamos tratando aqui do privilégio epistêmico que promove a branquitude na medida em que generaliza todas as informações sem considerar variáveis como raça e gênero.

No que se refere à masculinidade, o homem negro, que apresenta maior incidência de suicídios, ao ser animalizado ao longo do processo histórico colonial, é submetido por esse viés biomédico à medicalização que o disciplina, assim como faz a polícia e outros aparatos de controle e vigilância. Essa animalização do homem negro o coloca numa escala descendente perante a masculinidade branca hegemônica (NAVASCONI, 2018).

Talvez nesse momento possamos compreender mais facilmente a cruel combinação de dois elementos: primeiramente, o tabu do suicídio e, em seguida, a ausência de um cuidado efetivo em saúde voltado à população negra. Esses dois problemas são decorrentes da mesma causa: a da invisibilidade.

Nesse contexto, o suicídio incide sobre os jovens estudantes negros expondo-os à morte, o que certamente possui uma dimensão social como reflexo, dentre outros fatores do abandono da sua condição de saúde mental. Trata-se não apenas do controle disciplinar de um biopoder, mas da manifestação indireta de uma necropolítica que não só disciplina a vida, como determina quem deve morrer (MBEMBE, 2018).

Essa invisibilidade, apesar de não afetar a estabilidade dos índices epidemiológicos, reproduz a desumanização de nossos corpos, que são submetidos a dor e adoecimento. Por outro lado, esse mesmo corpo dissonante pode assumir em causa própria a resistência (NAVASCONI, 2018). Em meio a essa dualidade, nos perguntamos se realmente existimos diante da abjeção a que somos expostos. Será que é importante falar sobre suicídio de jovens negros? Sim, é importante!

No campo científico, somos objetificados e fragmentados em análises que retiram de nós nossa raça, gênero e sexualidade. Afinal há praticamente uma ausência de reflexões sobre o suicídio de jovens negros na universidades.

Enquanto adoecemos e morremos, o que o pensamento científico tem feito perante a nossa dor? Repetindo de outra maneira: quem produz o conhecimento? Para quem esse conhecimento é produzido?

Ao longo de alguns anos, algumas experiências têm me levado a algumas conclusões: tenho acompanhado o debate público acerca das ações afirmativas desde a sua implantação em 2003 na UnB e subsequentemente em diversas universidades brasileiras; tenho participado de diversas reuniões departamentais como coordenador de curso (2015- 2017); tenho lido diversos processos referentes a desligamento ou reintegração de estudantes. Com tudo isso, pude constatar que, em sua grande maioria, os discentes apresentaram depoimentos que alegavam não suportar a carga de atividades, o longo deslocamento para chegar à universidade, além das situações de assédio entre colegas, entre os funcionários da universidade e, eventualmente, entre professores. De um modo geral, esses estudantes em processo de desligamento não se sentiam parte da universidade e sentiam o desânimo de enfrentar uma carreira acadêmica, que parecia demais para eles. Em meio a sua tristeza, para muitos deles o próprio sentido formal de depressão não se vincula a suas percepções.

Nos últimos três anos, o crescimento de agravos incidentes sobre os estudantes negros tem mobilizados pessoas e coletivos no sentido de reivindicar políticas afirmativas também no que se refere a permanência de estudantes negros.

Dada a subnotificação, não há um número preciso de quantos jovens negros universitários cometeram suicídio nos anos mais recentes. Seriam 5, 10, 14 ou mais? De fato, não precisamos de um “número mágico” para atribuir relevância ao problema. Compreende-se que seja a partir do enfrentamento do tabu, ou seja, de uma discussão transparente sobre o assunto, que haja um consenso quanto a relevância de uma postura propositiva para sua mitigação. De qualquer forma, a mobilização dentro da comunidade acadêmica por parte de coletivos de estudantes negros/as e por setores institucionais da gestão de políticas assistenciais dentro da Universidade têm provocado uma reflexão e um debate acerca do PNA-ES, que precisa implementar estruturas de acolhimento para auxiliar o estudante negro a buscar auxílio no que se refere a sua saúde mental.

No caso da UnB, nos últimos três anos, observaram-se algumas mobilizações no enfrentamento ao suicídio a partir da criação de uma Comissão de Saúde Mental em 2017, que passa a se articular no âmbito do Decanato de Assuntos Comunitários - DAC. Com isso, recentemente foram implementadas medidas para atender a questões específicas da saúde do estudante universitário, como a Diretoria de Atenção à Saúde Universitária (DASU), o Serviço de Orientação Universitária, a Diretoria de Diversidade, a Ouvidoria e os programas de extensão e pesquisa como o Conexão de Saberes. Dentre os diversos programas, o único específico para os estudantes negros é o Afroatitude, mas há também a atuação do grupo Revira de psicólogos/as negros/as da UnB (COSTA, 2019). Esses vários atores buscam trabalhar numa rede de cuidado para se construir o sentido de uma universidade promotora da saúde (MELO; MOYSES, 2010).

Em entrevistas com alguns membros desses instrumentos de política pública estudantil, eles afirmam que cotidianamente estudantes comparecem alegando estarem sofrendo perseguição frente às dificuldades acadêmicas, sendo chamados de preguiçosos ou levianos diante das queixas que apresentam em meio ao cotidiano acadêmico. Muitos desses estudantes evoluem para um quadro de ansiedade paralisante de suas atividades, que pode levá-los ao abandono do curso ou eventualmente à morte.

Ao mesmo tempo em que as crescentes taxas de suicídio entre jovens negros se revela no país, assistimos aos efeitos dos cortes orçamentários na redução de quadros multiprofissionais na universidade, que acabam por trabalhar precariamente sendo incapazes de acolher devidamente a comunidade estudantil no que se refere à sua demanda por saúde mental. Em meio a esse contexto, a nós negros resta sermos brancos, ou nos resta perturbar, deslocar os saberes de uma geopolítica que nos destitui de nossa humanidade. Para além de um olhar objetivamente neutro, existem marcadores como a heteronormatividade, a branquitude e o ocidentalismo (FANON, 2008). Assim, aspectos de uma racialidade inscrita no saber hegemônico mostram o quanto outras raças que produzem conhecimento são também invisibilizadas.

Na medida em que escrevo sobre mim mesmo, crio a possibilidade de me fazer existente. Em um país como o Brasil, compreendemos que o racismo se manifesta de forma sutil, mas não menos efetiva. Portanto, essa sutileza nos mantém em um quadro de desigualdade material e social. Diante disso, o branco, na figura do colonizador, nunca se sente intimidado diante de muitos negros subjugados por ele em seu complexo de autoridade (NAVASCONI, 2018).

Dessa forma, na medida em que se racializa o discurso acadêmico científico, criamos a possibilidade de revelar as hierarquias em torno da construção do conhecimento e de contrapor-las a partir de outras experiências a partir do sentido simbólico que representa o hemisfério sul do planeta. Nesse caso, a interseccionalidade cria a possibilidade não restrita a uma categoria hermenêutica, mas de uma possibilidade de mobilização política que interfira nesse fluxo suicidógeno que tem atingido estudantes negros em várias universidades do país.

A UnB, em sua missão civilizatória que fundou um novo modelo de universidade para o país, atravessou em seus 58 anos de história regimes ditatoriais e implementou políticas de cotas para estudantes negros. Atualmente, ela enfrenta, dentre outros desafios, o da permanência de estudantes e suas implicações em termos da promoção da saúde física e mental para um bom viver acadêmico. Os movimentos sociais negros, vinculados às estruturas de gestão administrativa, demonstram sua possibilidade de reinvenção do modelo da universidade que valorize a sua diversidade e seja promotora da saúde.

Referências

ANDIFES, V **Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES** – 2018.

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estud. afro-asiát.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101546X2002000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso: em 29 Mar. 2020.

BRASIL. DECRETO Nº 7.234, Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – **PNAES. D.O.U. DE 20/07/2010.**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade – Brasília : Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL, MINISTERIO DA SAÚDE, **Portaria nº 344 de 1º de fevereiro de 2017.**

CARVALHO, José Jorge de; SEGATO, Rita Laura. Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília. Brasília. **Revista Série Antropológica**. 2002.

CARVALHO, Vladimir de. **Barra 68**. DF: UnB/FUNARTE, 2000.

CRENSHAW, K. W. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 171-187. 2002.

INEP, **Censo Escolar**, Brasília, INEP- Ministério da Educação. 2019.

FANON, Frantz. **Pele Negra, máscaras brancas**: Tradução Renato da Silveira, Salvador: EDUFBA. 2008.

COSTA, I. I.; Vida suicídio subjetividade: das vivências individuais as intersubjetivas. In: **COLÓQUIO DE SUICÍDIO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: COMPREENSÕES FENOMENOLÓGICAS**. 2019. Escritório de Saúde Mental - ESM - PRG USP. 21/11/2019.

GORDON, Lewis. **Disciplinary Decadence: Living Thought in Trying Times**. New York. Routledge. 2016.

GROSGOUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 31 Número 1, 2016.

JESUS, Carolina de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1960.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad: Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELLO, Ana Lúcia Schaefer Ferreira de; MOYSES, Simone Tetu; MOYSES, Samuel Jorge. A universidade promotora de saúde e as mudanças na formação profissional. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 14, n. 34, p. 683-692, Set. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832010000300017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 Out. 2020. Epub Set 17, 2010.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia Maria; MATIAS, Glauber Rabelo. A 'Universidade Necessária' em Darcy Ribeiro: notas sobre um pensamento utópico. **CIÊNCIAS SOCIAIS UNISINOS**, v. 42, p. 199-205, 2006.

NAVASCONI, Paulo Vitor Palma. **Vida, adoecimento e suicídio: racismo na produção do conhecimento sobre jovens negros/as LGBTQTTIs**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá. 2018.

RIBEIRO, D. 1975. **O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 257 p.

SANTOS, Sales Augusto dos *et al.* Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do estado. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 913-929, Dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 Mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300012>.

SILVA, Priscila Elisabete da. CONTRIBUIÇÕES AOS ESTUDOS DA BRANQUIDADE NO BRANQUITUDE BRASIL: E ENSINO SUPERIOR. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 6, n. 13, p. 08-29, jun. 2014. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/148>. Acesso em: 20 out. 2020.

SILVA, Érika Costa. **Trajetória profissional de mulheres negras docentes na Universidade de Brasília (UnB): estratégias e resistências**. 2019. 101 f., il. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

TAVOLARO, L.; TAVOLARO, S. RAÇA E A “TESE DA EXCEPCIONALIDADE BRASILEIRA”: uma reflexão à luz das ações afirmativas. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 7, n. 1, p. 14 - 32, 29 set. 2013.

WELLER, Wivian; SILVEIRA, Marly. Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da universidade de Brasília. **Rev. Estud. Fem., Florianópolis**, v. 16, n. 3, p. 931-947, Dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026-2008000300013X&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 Out. 2020.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saude soc.**, São Paulo , v. 25, n. 3, p. 535-549, Set. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000300535&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 Mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-129020162610>.